

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Cai o bom senso; sobe o nosso "Galtieri".

Foi a irresponsável manipulação político-eleitoreira do chamado Plano Cruzado — conforme denunciavam até ministros deste governo, como o sr. Aureliano Chaves — que empurrou a economia brasileira para o campo de atração do buraco negro onde, agora, ela ameaça desaparecer. A inflação galopante — com o corolário dos juros estratosféricos — é apenas a primeira e menor parcela da conta que começamos a pagar pelo maior golpe de estelionato eleitoral de que se tem notícia na história deste país: o que levou à ocupação avassaladora do poder, em todos os seus meandros, pelo PMDB do sr. Ulysses Guimarães, na carona do "sucesso" do Plano Cruzado.

E a cada dia que passa, a cada nova informação que se consegue desenterrar sobre o que aconteceu naqueles dias, mais claro fica que não houve circunstâncias atenuantes, pois que todos os que estavam envolvidos na trama sabiam de todas as consequências que o golpe teria, insistentemente alertados para elas que vinham sendo pelos próprios economistas do partido, para não falarmos na imprensa e nos agentes econômicos que já sentiam seus efeitos. Nenhuma força neste país onde a coisa mais mal distribuída é o poder — cada vez mais concentrado no Estado e, portanto, nas mãos de quem move suas alavancas — foi capaz de se interpor entre a ambição deste velho baluarte da mesmice dos lamentáveis costumes políticos brasileiros e objeto dessa ambição. As poucas que podiam tê-lo feito em nome da salvação dos frutos do trabalho de 130 milhões de brasileiros prestaram-se ao papel de "inocentes úteis", corrompidos pela miragem da "popularidade sem limites". E os poucos entre esses poucos que não se deixaram corromper por esta miragem, como por exemplo, o sr. Eddmar Bächta, foram sumariamente tirados do caminho.

O golpe foi consumado, as suas consequências se apresentaram imediatamente, e os "inocentes úteis" daquela primeira etapa da manobra não tiveram de esperar nem uma semana para serem traídos sibilinamente pelos que se tinham servido deles. O presidente Sarney e o seu braço executivo Dilson Funaro, perdidos a popularidade, ficaram soltos no espaço político.

Seguiu-se um intervalo de atordoamento geral diante da contemplação impotente do início da ação devastadora da engrenagem montada pelo golpe peemedebista. E neste país órfão de lideranças, com o poder literalmente cercado pelos ávidos comandados do sr. Ulysses, sentia-se o consenso amargurado dos homens de bem em torno da conveniência de, apesar de tudo, ficarmos com o que tínhamos, para evitar que acabássemos tendo a ainda pior. Aceitava-se, em nome da prudência e da sobrevivência, apoiar o sr. José Sarney contra os que o assediavam e exigiam a sua cabeça, na esperança de que, compreendida a lição recebida durante a sua cumplicidade com os golpistas, ele e os poucos entre os seus assessores e auxiliares diretos comprometidos com a Nação e não com os planos de poder absoluto do grupo pelo qual se deixou utilizar trouxessem o País de volta para os trilhos da racionalidade econômica, para salvar o que ainda fosse possível salvar.

No meio do lodaçal de demagogia e de irresponsabilidade em que se transformou o governo desta "Nova" República, o Banco Central, sob o comando do dr. Fernão Bracher, vinha aparecendo como uma das poucas ilhas de terra firme, de onde se levantava a voz da racionalidade contra a gritaria da baixa politicagem. Ali se lutou e se lutava pela austeridade fiscal e monetária como componentes essenciais do Plano Cruzado, pelos cortes drásticos nos gastos públicos com demissão dos funcionários ociosos como condição essencial para o sucesso da luta contra a inflação; pela eliminação do mortal "gatilho" salarial; pelo fim do congelamento dos preços após dois ou três meses de vigência, conforme recomenda a ciência econômica; e, ultimamente, pela manutenção de juros reais como única forma viável de sancionar a alta de preços.

Ali se lutava, enfim, para que este governo assumisse a posição de humildade que todos os seus erros passados mais que recomendam; para que se reconhecesse outra vez tudo que se tentou banir e que a realidade impôs com pesadíssimos juros de mora — a inescapabilidade da economia de mercado — e para que, a partir dessa posição de humildade, se tentasse salvar o que fosse possível salvar.

Mas todas essas reivindicações, todos esses apelos ao bom senso e à racionalidade econômica foram sumariamente fuzilados pela ambição política do PMDB, à qual se submete, sem muita luta, o presidente José Sarney. E este o sentido, para todos os brasileiros que ainda alimentavam alguma esperança para o futuro, da demissão do presidente do Banco Central, dr. Fernão Bracher. Porque esta demissão equivale à oficialização pelo governo de sua decisão de continuar dando prioridade absoluta ao político em detrimento do econômico. As assustadoras proporções da crise econômica não afetaram em nada as propensões populistas do presidente Sarney.

É verdade que se trata de um presidente politicamente enfraquecido. Mas se está nestas condições, é porque não teve forças para resistir às pressões dos políticos quando foi necessário que tivesse e quando a sorte da economia brasileira estava em jogo. Mas que agora se entregue outra vez, sem luta, nos mesmos braços que o atiraram na condição de impotência em que se encontra é desanimador; que recuse a atitude grandiosa e corajosa de assumir humildemente os seus erros e convocar a Nação para denunciar os que o empurraram a eles e para apoiá-lo na árdua tarefa de refazer o que foi desfeito é, antes de tudo, uma atitude temerária. E isso porque o presidente sabe que o que pretendem estes políticos, com a inestimável ajuda do Galtieri nacional em que se vai transformando o ministro Dilson Funaro é, diante da situação insolúvel que criaram internamente, eleger um inimigo externo que desvie a atenção da opinião pública das verdadeiras causas e dos verdadeiros culpados pelo drama que está começando a viver.

Foram este mesmo ministro e estes mesmos políticos que se permitiram dilapidar as reservas brasileiras de moedas fortes para que o claudicante Plano Cruzado chegasse até as eleições. E isso nos põe diante da iminência de uma crise cambial e da necessidade de recorrer novamente aos centros financeiros internacionais. A principal exigência que o dr. Fernão Bracher fazia, em nome do interesse nacional, para continuar em seu cargo, era a de que se reformasse o tom demagógico emocional e agressivo com que o assunto "dívida externa" vinha sendo tratado pelo governo, sob a orientação de Funaro. Sua demissão representa o aval do presidente Sarney para que o "nosso Galtieri" nos envolva na sua "guerra das Malvinas", que pode ter consequências até piores do que as que teve a verdadeira, dado o estado terminal em que se encontra a economia brasileira.

É muito provável que um "endurecimento" de nossos negociadores seja respondido com um endurecimento maior ainda dos credores, e até com a sua negativa de fornecer o "dinheiro novo" sem o qual nossa crise econômica se agravará infinitamente. Se essa posição for levada às últimas consequências, todos os inimigos da democracia que pululam no partido do sr. Ulysses e nos partidos que viajam na sua esteira terão em mãos o argumento que sempre buscaram para forçar o rompimento do País com o mundo ocidental. Mas o pior é que as explosivas consequências sociais desse agravamento da crise econômica lhes daria o ensejo para adequar o regime político ao regime econômico ditatorial vigente, a pretexto de conter pela força a explosão inevitável.

Então, estaria realizado o sonho totalitário de todos os candidatos a "ditador vitalício" do Brasil que, neste momento, avançam sobre Brasília.